

Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
com Relatório dos Auditores Independentes



Fundação Dorina Nowill Para Cegos

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros da Fundação Dorina Nowill Para Cegos

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da Fundação Dorina Nowill Para Cegos (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dorina Nowill Para Cegos em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtivemos evidência de auditoria suficiente e apropriada para fornecer uma base para nossa opinião. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos quanto à adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base na evidência de auditoria obtida, se existe incerteza relevante relacionada com eventos ou condições que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões se baseiam na evidência de auditoria obtida até a data do seu relatório. Contudo, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de abril de 2021.

Irko Auditores Independentes
CRC nº 2SP020649

Poliana de Oliveira Hespanhol de Andrade
Contador CRC-1SP258022/O-1

Balancos patrimoniais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Ativo	Notas Explicativas	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixas - recursos próprios	5(a)	28.535.093	5.985.765
Caixa e equivalentes de caixas - recursos restritos	5(b)	8.445.739	6.392.213
Clientes	6	240.973	497.970
Estoques	7	1.337.805	424.901
Despesas antecipadas	8	266.246	481.339
Outros créditos	9	289.253	483.038
		39.115.109	14.265.226
Não circulante			
Conta corrente de longo prazo	5(b)	11.200	-
Depósitos judiciais	12	24.351	-
		35.551	-
Imobilizado e intangíveis			
Imobilizado	10	3.635.502	3.446.915
Intangível	11	321.210	376.688
Bens em comodato		29.120	29.120
		3.985.832	3.852.723
Total do ativo		43.136.492	18.117.949
Passivo e patrimônio líquido			
		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante			
Fornecedores		594.980	654.509
Salários e encargos sociais		528.298	545.266
Provisões de férias e encargos	4(h)	566.159	703.473
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	16	8.456.939	6.392.213
Projetos próprios a realizar	17	2.383.127	486.126
		12.529.503	8.781.587
Não circulante			
Receitas diferidas		2.125	2.875
Provisão para demandas judiciais	13	1.130.264	152.263
Bens em comodato		29.120	29.120
		1.161.509	184.258
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	9.152.104	3.610.207
Superávit / (Déficit) do exercício	15	20.293.376	5.541.897
		29.445.480	9.152.104
Total do passivo e patrimônio líquido		43.136.492	18.117.949

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Receitas operacionais	Notas Explicativas	<u>2020</u>	<u>2019</u>
com restrição			
Lei rouanet, Proac e Convênios	16	2.335.346	4.674.078
Projetos patrocinados	17	1.195.861	604.547
		3.531.207	5.278.625
sem restrição			
Doações e campanhas	18	23.159.813	5.783.227
Venda de bens e serviços	19	7.383.889	10.168.510
Outras receitas		174.750	24.776
Isenções e renúncia fiscal	20	9.625.848	4.171.861
Trabalho voluntário	21	581.700	480.574
Gratuidades recebidas	22	1.916.253	1.969.068
		42.842.253	22.598.016
Total das receitas		<u>46.373.460</u>	<u>27.876.641</u>
Despesas operacionais			
com restrição			
Execução de convênios	16	(2.335.346)	(4.674.078)
Desp com projetos patrocinados	17	(1.195.861)	(604.547)
		(3.531.207)	(5.278.625)
sem restrição			
Pessoal, encargos e benefícios	25 a	(7.916.482)	(7.960.390)
Despesas administrativas	25 b	(2.058.664)	(1.594.715)
Contrapartida de uso de imóvel	26	(17.418)	(17.061)
Depreciação e amortização	10 e 11	(708.982)	(690.954)
Impairment	10	-	(110.270)
Isenções e renúncia fiscal	20	(9.625.848)	(4.171.861)
Trabalho voluntário	21	(581.700)	(480.574)
Contrapartida gratuidades recebidas	22	(1.916.253)	(1.969.068)
		(22.825.347)	(16.994.893)
Total das despesas		<u>(26.356.554)</u>	<u>(22.273.518)</u>
Superávit/(Déficit) antes do resultado financeiro		20.016.906	5.603.123
Resultado financeiro	26	276.470	(61.226)
Superávit/(Déficit) do exercício		<u>20.293.376</u>	<u>5.541.897</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do exercício	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.061.912	(451.705)	3.610.207
Incorporação ao patrimônio social	(451.705)	451.705	-
Superávit do exercício	-	5.541.897	5.541.897
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.610.207	5.541.897	9.152.104
Incorporação ao patrimônio social	5.541.897	(5.541.897)	-
Superávit do exercício	-	20.293.376	20.293.376
Saldos em 31 de dezembro de 2019	9.152.104	20.293.376	29.445.480

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixas findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit / (Déficit) do exercício	20.293.376	5.541.897
Ajustado por:		
Depreciações e amortizações	708.982	690.954
Impairment	-	110.270
Provisão para obsolescência dos estoques	11.256	73.603
Reversão / Provisão para contingências trabalhistas	1.041.325	(7.176)
Ganho/ Perda na baixa/venda imobilizado	-	4.336
Juros passivos (apropriados)	-	(6.143)
Superávit / (Déficit) do período ajustado	22.054.938	6.407.741
Variação dos ativos		
Clientes	256.997	(266.043)
Estoques	(924.160)	124.155
Despesas antecipadas	215.093	(481.339)
Outros créditos	169.434	(26.294)
Variação dos passivos		
Fornecedores	(59.529)	218.384
Salários e encargos sociais	(16.968)	(99.215)
Provisões de férias e encargos	(137.314)	35.134
Convênios, subvenções e leis de incentivo a realizar	2.064.726	825.793
Projetos próprios a realizar	1.897.001	430.461
Provisão para demandas judiciais	(63.324)	
Outros débitos	(750)	(5.552)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades operacionais	25.456.145	7.163.225
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(867.906)	(1.304.009)
Baixa de imobilizado e intangível	25.815	575.049
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades de investimentos	(842.091)	(728.960)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamentos recebidos	-	(904.687)
Amortização do principal e juros	-	(281.357)
Fluxo de caixa (consumido) e gerado pelas atividades financiamentos	-	(1.186.044)
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	24.614.054	5.248.221
Saldo inicial de caixas e equivalentes de caixas	12.377.978	7.129.757
Saldo final de caixas e equivalentes de caixas	36.992.032	12.377.978
(Diminuição) e aumento em caixas e equivalentes de caixas	24.614.054	5.248.221

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas

1. Contexto operacional:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante nas áreas de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência visual, de modo a promover sua integração à vida comunitária, escritura de 11 de março de 1946, registro no 11º Tabelião de São Paulo nº 2650 Livro A6 no registro de PJ do 1º Ofício de Títulos e Documentos. inscrita no CNPJ sob número 60.507.100/0001-30.

A Fundação possui os seguintes certificados:

- Utilidade Pública Federal Decreto 40.969 de 15 de fevereiro de 1957, registrada no CNAS conforme processo nº 246212/69;
- Portadora de CEBAS conforme Portaria nº203/2017, item 33 de 28 de dezembro de 2017, tendo sido publicada no Diário Oficial da União de 29 de dezembro de 2017, a presente portaria concedeu validade assegurada de 01 de janeiro de 2018 à 31 de dezembro de 2020. Na data de 28/12/2020 foi publicado o deferimento referente a renovação de protocolo 235874.0011026/2020 via PortariaNº 164, com vigência de 01/01/2021 até 31/12/2023.

De acordo com o artigo 4º de seu estatuto, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, observando o princípio da universalidade, tem por objetivo: facilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual, respeitando as necessidades individuais e sociais, por meio de produtos e serviços especializados.

1.2 Efeitos do Covid

Em meados de dezembro de 2019 a China divulgou um surto de uma doença ainda não conhecida à época. Se tratava do COVID-19 (coronavírus). A partir da divulgação dos efeitos sobre as vítimas, o mundo se deparou com uma enfermidade que, devido a sua alta capacidade de contágio e sem medicamentos ou vacina capazes de anular os seus efeitos, poderia trazer sérias consequências às atividades econômicas e na saúde. Em meados de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde - OMS decreta estado de pandemia decorrente do coronavírus. Foram tomadas diversas medidas para conter o contágio que afetaram diretamente a atividade econômica global. Como o resto do mundo, o País está sofrendo as consequências dos desdobramentos da pandemia do COVID-19. Isso afeta toda a cadeia econômica, incluindo as atividades da Entidade.

A Fundação tomou, imediatamente, medidas para que se evitasse a transmissão comunitária do coronavírus entre os seus colaboradores, dentre elas:

- Viabilizar o trabalho por meio de home office desde o dia 18 de março de 2020;
- Criação de um comitê de contingência com os principais líderes para discussão de alternativas de continuidade operacionais e de saúde;
- Criação de campanhas publicitárias internas orientativas;
- Realização de LIVES para os colaboradores, promovida pelo RH, sobre diversos temas como saúde emocional, home office feitas por convidados externos, especialistas no assunto;
- Realização de LIVES para colaboradores para comunicados e orientações da superintendência;
- Adequação de ambientes internos da área administrativa;

- Adequação de ambientes de produção gráfica/áudio livro para garantir a entrega dos livros acessíveis (PNLD) para FNDE;
- Aplicação de protocolos específicos para atendimento ao cliente;
- Adequação do atendimento ao cliente, em 45 dias o atendimento já estava totalmente disponível online;
- Adequação orçamentária com redução de despesas como demissões, redução de jornada, adiamento de contratações previstas para ampliar atendimento, adiamento dos eventos ABC evento internacional sobre acessibilidade que em 2020 seria realizado na Fundação e Celebração dos 100 de Dorina Nowill, adiamento de ação de captação “face to face”, cancelamento de viagens da Rede de Leitura e comercial;
- Adequação do planejamento Estratégico iniciado em 2019;
- Adequação para ambiente online da Rede de Leitura, Cursos, Palestras Inclusivas, Empregabilidade e Voluntariado;

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras de 2020 da Fundação seguem s a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/09, que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância às práticas financeiras adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Financeiras e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 R1, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros e a Lei 12.868/2013.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Clientes - PECLD
- Nota 9 e 10 - Imobilizado e Intangível – revisão da vida útil e recuperação de imobilizado e intangível
- Nota 13 - Provisões para demandas judiciais

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 14 de abril de 2021.

3. Formalidade da escrituração contábil resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):

A Fundação mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na ECD - Escrituração Contábil Digital. A documentação contábil da Fundação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Fundação mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. Principais práticas financeiras adotadas:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa:

Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Aplicações de Liquidez Imediata:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída pela Administração quando há necessidade de suprir eventuais perdas na realização dos créditos

d) Estoques:

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio das compras que é inferior aos custos de reposição ou valores de realização.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

e) O imobilizado e intangível:

Se apresentam pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a vida útil estimada daqueles e seu valor residual. A Administração da Fundação entende que a taxa fiscal utilizada pela Receita Federal reflete a vida útil dos bens existentes na Fundação.

No imobilizado da Fundação há matrizes utilizadas para elaboração de livros. No exercício de 2019, a Administração considerou que as matrizes adquiridas para elaboração de projetos, foram todas consumidas (baixadas) após a conclusão dos respectivos projetos.

f) Provisões:

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

g) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

h) Provisão de Férias e Encargos:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) Receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

- Doações

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da sua natureza de imprevisibilidade.

- Subvenção e assistência governamentais

As receitas obtidas com a celebração e a execução de convênios de parceria entre Entidades governamentais e a Fundação, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas são apropriadas no resultado do exercício.

- Venda de bens e serviços

A receita de venda de bens e serviços é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto a sua realização.

- Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício.

j) Estimativas financeiras:

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil requer que a Administração da Fundação use de julgamento na determinação e no registro de estimativas financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Fundação revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

l) Demonstração do Fluxo de caixa:

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, e de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13.

m) Recursos com restrição:

A contas identificadas como Recursos com restrição, são valores recebidos e receber, à realizar no exercício seguinte e gastos incorridos no exercício (Receitas e Despesas) oriundos de contratos firmados com órgão públicos, e são assim identificados (Recurso com restrição), pois a realização desses valores precisa respeitar as condições contidas nos contratos firmados e ainda por força da Resolução do CFC nº 1.409/12.

4.1 Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Entidade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:

- Alteração da norma IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

5. Caixas e equivalentes de caixa:

5 Caixa e equivalentes de caixas

a) Recursos sem restrições

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa	26.221	4.343
Banco conta movimento	55.976	79.195
Aplicações financeiras (i)	28.452.896	5.902.227
	<u>28.535.093</u>	<u>5.985.765</u>

b) Recursos com restrições

Circulante

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco conta movimento	1.229.352	1.100.027
Aplicações financeiras (i)	7.216.387	5.292.186
Total Circulante	<u>8.445.739</u>	<u>6.392.213</u>

Não Circulante

Banco conta movimento não circulante (ii)	11.200	-
---	--------	---

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2020, os valores em conta corrente referente projetos encerrados em períodos anteriores sem data prévia para devolução foram reclassificados para o Ativo Não Circulante conforme abaixo demonstrado. No exercício de 2019 estes valores estavam classificados no grupo de Caixas e equivalentes de caixa, no grupo de Recursos Restritos, com os mesmos saldos abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
C/C BLQ 20.562-1 PRONAC 105.106	6.700	-
C/C BLQ 26.374-5 PRONAC	1.000	-
C/C BLQ 26.745-7 PRONAC 13	3.500	-
	<u>11.200</u>	<u>-</u>

6. Clientes a receber:

Esta conta é composta dos valores de créditos das transações com cartão de crédito do Outlet e dos Serviços prestados em curto prazo.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outlet a receber	8.095	17.204
Clientes a Receber	277.137	480.766
(-) Provisão estimada de crédito com liquidação duvidosa	(44.259)	-
	<u>240.973</u>	<u>497.970</u>

	Outlet	Clientes	Total
A vencer	8.095	193.083	201.178
Vencidos 0 a 30	-	35.352	35.352
Vencidos 61 a 90	-	2.846	2.846
Vencidos 180 a 360	-	45.856	45.856
	<u>8.095</u>	<u>277.137</u>	<u>285.232</u>

7. Estoques:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Matéria prima	109.450	216.387
Material para revenda	108.313	99.152
Outlet	45.833	51.022
Estoque em poder de terceiros	1.159.067	73.242
Estoque de produto em elaboração	-	58.701
Provisão para obsolescência	(84.858)	(73.603)
	<u>1.337.805</u>	<u>424.901</u>

8. Despesas antecipadas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento MODERNA	266.246	287.389
Governo do estado de São Paulo - PNL D	-	193.950
	<u>266.246</u>	<u>481.339</u>

9. Outros créditos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento de pessoal	56.319	69.173
Adiantamento de fornecedores	15.875	3.182
Imposto a recuperar IRRF (i)	216.324	332.434
Depósitos judiciais (nota 12)	-	71.482
Outros contas a receber	735	6.767
	<u>289.253</u>	<u>483.038</u>

(i) O assessor legal que cuida do processo relacionado ao IRRF atualizou o saldo e a diferença foi ajustada para o resultado.

10. Imobilizado:

	Taxa a.a.	<u>2019</u>				<u>2020</u>	
	%	Saldo líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido	
Imóveis	4%	502.312	-	-	(114.850)	387.462	
Móveis e utensílios	10%	178.988	1.730	-	(35.933)	144.785	
Máquinas e equipamentos	10%	817.082	613.862	(25.800)	(155.819)	1.249.325	
Matrizes	10%	383.332	-	-	(67.546)	315.786	
Benfeitorias	4%	376.743	-	-	(17.125)	359.618	
Biblioteca	10%	879.161	125.554	-	(174.542)	830.173	
Equipamentos de informática	20%	130.082	126.760	(15)	(61.070)	195.757	
Instalações	10%	51.715	-	-	(26.619)	25.096	
Centro de memórias	4%	127.500	-	-	-	127.500	
		<u>3.446.915</u>	<u>867.906</u>	<u>(25.815)</u>	<u>(653.504)</u>	<u>3.635.502</u>	

11. Intangível:

	Taxa a.a.	<u>2019</u>				<u>2020</u>	
	%	Saldo líquido	Adições	Baixas	Amortização	Saldo líquido	
Software e programas	20	376.688	-	-	(55.478)	321.210	
		<u>376.688</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(55.478)</u>	<u>321.210</u>	

12. Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, os valores referentes aos depósitos judiciais foram reclassificados para o Ativo Não Circulante. O montante até 2019 estava no grupo de Outros créditos. O saldo reclassificado foi de R\$ 24.351 (R\$ 71.482 em 2019).

13. Provisão para demandas judiciais

	<u>Trabalhistas (i)</u>	<u>Cíveis (ii)</u>	<u>Totais</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.263	-	152.263
Adições	-	1.040.647	1.040.647
Pagamentos	(63.324)	-	(63.324)
Reversões	(10.989)	-	(10.989)
Atualização monetária	11.667	-	11.667
Saldo em 31 de dezembro de 2020	89.617	1.040.647	1.130.264

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração e apoio de seus assessores legais.

- (i) A Entidade possui processos de reclamação de estabilidade provisória. O saldo mantido em depósitos judiciais em 31 de dezembro 2020 é de R\$ 24.351 (31 de dezembro de 2019 era de R\$ 71.482).
- (ii) A Fundação foi solicitada a prestar contas de projetos executados no passado (12 anos atrás). Parte desses processos foi classificado como perda provável pelos assessores legais.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Fundação é parte em processos trabalhistas com probabilidade de perda classificados pelos assessores legais como possível no montante R\$38.889,99.

14. Patrimônio líquido:

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

15. Resultado do período:

O superávit do exercício, em atendimento aos objetivos estatutários e aos dispositivos legais vigentes a Resolução 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 item 15, será incorporado ao Patrimônio Social.

16. Convênios, Subvenções e Leis de Incentivos a Realizar:

Para a contabilização de suas subvenções governamentais e recursos incentivados, a Fundação atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar

projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades. A Fundação, para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC nº 1.305/10.

a) FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FUMCAD):

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo.

- **Acervo Literário para jovens**

O projeto tem como objetivo ampliar as possibilidades de acesso de adolescentes com deficiência visual a educação e cultura por meio da ampliação do acervo acessível da Biblioteca Online da Fundação Dorina, que é composta por mais de 4 mil títulos nos formatos acessíveis: Braille, Falado (áudio MP3) e Digital Acessível DAISY e EPUB-3. Para isso, foram editados 50 títulos em formato Falado de literatura – incluindo infanto-juvenis, literatura pré-vestibular, clássicos nacionais, internacionais e best-sellers.

- **Brincar sem Fronteiras: Coleção de jogos recreativos e inclusivos.**

O projeto visa proporcionar que o aprendizado e o brincar de crianças e adolescentes com ou sem deficiência visual sejam inclusivos, por meio da produção e distribuição de 3 kits diferentes para 1.000 escolas dos ensinos: infantil, fundamental e médio, do município de São Paulo, totalizando 21.000 kits de jogos como: tabuleiros, dedoches, cartas, histórias em quadrinhos, entre outros totalmente inclusivos nos formatos acessíveis tinta-braille, áudio e digital.

Como ação complementar, o projeto prevê 10 capacitações para 300 professores da rede pública do município de São Paulo sobre a utilização dos materiais e importância da inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual na escola.

b) CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONDECA)

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 1% se pessoa jurídica e 6% pessoa física na declaração em modelo completo.

- Oficinas de capacitação para professores – Recursos fundamentais para a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência visual – Processo Seds: 1770645/2019

O projeto tem como objetivo subsidiar teórico e metodologicamente, orientar e instrumentalizar 300 professores da rede pública de ensino, no atendimento ao educando com deficiência visual em sala de aula, por intermédio de oficinas práticas, promovendo condições para que o processo de inclusão escolar ocorra de maneira mais adequada e com maior sucesso.

c) LEI ROUANET:

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA (PRONAC)

- Pronac 177031: Cultivando a Leitura
- Pronac 184605 – Leitura em todos os cantos
- Pronac 193330 – Coleção Dorinha pelo Brasil - Inclusão sem barreiras
- Pronac 204759 – Ler para Ser – Literatura como cidadania

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução no Imposto de Renda de 4%, sobre o valor devido no caso de pessoa jurídica e 6% no caso da pessoa física na declaração em modelo completo. O projeto de captação, através deste incentivo (IR), tem por objetivo

proporcionar aos deficientes visuais a leitura de livros no formato acessível (braille/falado/digital) de títulos exigidos em vestibulares, valorização cultural, lazer e outros. Os projetos patrocinados têm proporcionado as pessoas com deficiência visual mais distantes do território nacional a oportunidade de ler títulos atualizados.

d) PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À ATENÇÃO DA SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PRONAS/PCD):

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador/doador a dedução de até 1% do imposto de renda devido.

- Empregabilidade para pessoas com deficiência visual.

O projeto tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de cerca de 270 jovens e adultos com deficiência visual e minimizar o cenário de exclusão desse público do mundo do trabalho. O programa de empregabilidade tem a proposta de oferecer cursos livres preparatórios para inclusão profissional, sem validade de curso profissionalizante, contemplando vários momentos cruciais de sua vida - desde a fase da descoberta de suas habilidades, autoconhecimento, percepção de si, fortalecimento pessoal até a sua colocação ou recolocação profissional. O desenvolvimento proposto será através de atendimentos individuais, grupos/oficinas temáticas e cursos de capacitação.

e) PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - PROAC

Lei de incentivo que proporciona ao patrocinador a dedução de até 3% do valor devido do ICMS.

- Conta um Conto – Contação de histórias para professores

O projeto tem como objetivo promover a Cultura Popular Brasileira, incentivando a imaginação e a ludicidade de crianças com idades dentre 03 a 06 anos, com e sem deficiência visual, por meio de um conjunto de 12 histórias contadas, que serão gravadas e reproduzidas e distribuídas em um CD com 2.000 exemplares para 1.000 organizações (bibliotecas, escolas públicas e organizações sociais) localizadas no Estado de São Paulo. Adicionalmente, em 10 cidades do estado, o projeto contribuirá com a formação de 300 profissionais (professores, bibliotecários, agentes comunitários, arte-educadores, etc.), envolvidos com o público infantil, com o objetivo de instrumentalizá-los, para que possam conhecer técnicas, narrativas de tradição oral, formatos, voz, corpo, elementos cênicos e escolha de repertório, acessibilidade para crianças com deficiência visual que envolvam a contação de histórias.

f) EMENDA PARLAMENTAR

- Podcast Dorina: Informação para Inclusão

O projeto tem como objetivo desenvolver 10 (dez) podcasts, (arquivo digital de áudio), que ficarão disponíveis em plataformas gratuitas na internet, por tempo indeterminado, com a função de oferecer informação, sensibilização e orientação aos professores sobre os temas relacionados às questões educacionais dos alunos com deficiência visual.

Observação 01: No caso de pessoa física que efetuar a declaração em modelo completo, poderá destinar o total de 6% do imposto de renda devido, sendo possível distribuir esta porcentagem entre: Lei Rouanet, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente não podendo exceder este respectivo limite.

Observação 02: No caso de pessoa jurídica que efetuar patrocínio para os projetos incentivados pelo Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, a dedução de 1% prevista deve ser distribuída entre os órgãos respeitando a respectiva alíquota.

	Saldo em 31/12/2019	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2020
PRONAC 19 - Coleção Dorina pelo Brasil	1.061.815	1.839.191	(392.011)	-	2.508.995
PRONAC / MECENATO	-	1.958.366	-	-	1.958.366
PRONAC 18	2.540.699	128.883	(880.506)	-	1.789.076
PRONAC 16 e 17	1.299.301	18.452	(627.947)	-	689.806
PRONAS	717.590	4.446	(32.312)	(80.115)	609.609
FUMCAD	463.646	1.378	(108.084)	-	356.940
PROAC	-	298.017	(12.512)	-	285.505
CONDECA	268.502	236.491	(257.551)	-	247.442
PRONAC encerrado aguardando resgate do ministério	11.200	-	-	-	11.200
SECULT	521	-	(521)	-	-
EMENDA PARLAMENTAR	28.869	812	(23.832)	(5.849)	-
PRONAC 15 Semeando a leitura	70	-	(70)	-	-
	6.392.213	4.486.036	(2.335.346)	(85.964)	8.456.939

17. Projetos próprios a realizar:

	Saldo em 31/12/2019	Repasse	Gastos	Devolução	Saldo em 31/12/2020
Instituto OMETTO	341.128	-	(338.142)	-	2.986
Fundação Prada	128.920	50.000	(128.920)	-	50.000
Cooperforte	1.457	-	(1.457)	-	-
Google	-	2.706.000	(389.120)	-	2.316.880
Outros Projetos e parcerias	14.621	336.862	(338.222)	-	13.261
	486.126	3.092.862	(1.195.861)	-	2.383.127

18. Doações e campanhas:

As doações e campanhas contribuem para a realização dos serviços do atendimento aos deficientes visuais, assim como nos processos de doação de livros não patrocinados.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Campanhas e eventos	5.328.518	4.755.707
Legado	16.974.860	-
Nota fiscal paulista	628.107	730.072
Donativos em Imobilizado	1.380	26.195
Donativos ao Outlet	226.948	271.253
	23.159.813	5.783.227

19. Vendas de serviços:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impressão, transcrição e vendas	3.679.534	2.695.452
Cursos, palestras e treinamentos	6.077	39.724
Gravação digital, livro falado	1.548.301	1.053.564
Publicações	4.488.049	9.648.938
Consultoria, revisão e áudio descrição	273.267	328.850
(-) Custos dos serviços e mercadorias	<u>(2.611.339)</u>	<u>(3.598.018)</u>
	<u>7.383.889</u>	<u>10.168.510</u>

20. Contribuições Sociais – Isenção Usufruída:

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09, entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cota Patronal Previdenciária	1.683.800	1.716.608
Pis s/ Folpag	66.031	39.316
IRPJ	5.049.344	1.361.474
CSLL	1.826.404	498.771
Cofins	1.000.269	555.692
	<u>9.625.848</u>	<u>4.171.861</u>

O saldo de 2019 foi reapresentado devido a inclusão dos respectivos valores de IRPJ e CSLL. A inclusão não afetou o resultado de 2019 pois esse valor compõe tanto a receita, quanto a despesa e é apresentado apenas para fins de divulgação, conforme requerido pelo item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros.

21. Trabalho Voluntário:

Conforme Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 R1 item 19, a Fundação reconhece pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado do voluntariado. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa no montante de R\$ 581.700 (R\$ 480.574 em 2019).

22. Gratuidades recebidas:

A Fundação reconheceu pelo valor justo da prestação do serviço não remunerado de divulgação em rádio. O valor ora realizado está registrado em conta específica e reconhecida na receita e na despesa.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Carta capital	1.277.778	814.112
Rádio globo cbn	115.858	-
Ig	90.200	-
Radio kiss	76.672	-
Nova brasil	64.020	-
Pwc	62.000	-
R7	62.000	-
Mol	30.000	-
Telecine	27.767	-
Uol	25.900	-
Terra	25.000	-
Rádio cultura	17.340	-
Afip	14.100	-
Rede msn	10.000	-
Trench rossi	6.000	-
Movida	5.498	-
Seara	3.732	-
Serbom	2.388	-
Grupo Bandeirantes	-	338.854
TV Paga - Via Lewlara	-	304.150
Jornal metro	-	177.679
Rádio Massa SP	-	133.643
Cinemas - Via Lewlara	-	103.000
Revista Kaza	-	40.000
Rádio antena 1	-	34.630
Revista Reação	-	15.000
Revista Dante	-	8.000
	<u>1.916.253</u>	<u>1.969.068</u>

23. Assistência Social – Gratuidades concedidas:

Os serviços de assistência social desenvolvidos pela Fundação são atividades de proteção social nas, Políticas Nacional de Assistência Social (PNAS), Decreto nº 6.308/07, Resolução do CNAS nº 109/09 e Resolução CNAS nº 16/10, e por esse motivo está inserida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e, como consequência, por elas regulamentada. A Fundação possui vínculo com a rede SUAS e para isso teve como requisitos:

I – Prestar serviços, projetos, programas ou benefícios gratuitos, continuados e planejados, sem qualquer discriminação;

- II – Quantificar e qualificar suas atividades de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- III – Demonstrar potencial para integrar-se à rede sócio assistencial, ofertando o mínimo de 60% da sua capacidade ao SUAS; e
- IV – Disponibilizar esses serviços nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS.

23.1 - Formalização dos Projetos Sociais:

A Instituição possui registro no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações socioassistenciais, formaliza em cada Projeto Social: os objetivos deste; origem de recursos; infraestrutura, tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº 109/09 e Decreto nº 6.308/07); público-alvo; capacidade de atendimento; recursos financeiros utilizados; recursos humanos envolvidos; abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para essa participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

a) Habilitação e Reabilitação de Def. Visuais:

Os programas de habilitação e reabilitação desenvolvidos pelos Serviços Especializados da Fundação Dorina Nowill para Cegos, visam o desenvolvimento pessoal, por meio do incentivo à aprendizagem, à adaptação social, a orientação às famílias, às escolas e às empresas, com o objetivo de promover a independência e a autonomia de todas as pessoas com deficiência visual (cegos ou com baixa visão) de todas as faixas etárias e de todo o Brasil. No exercício de 2020 realizamos 18.023 mil atendimentos (28.142 em 2019) e 710 pessoas foram reabilitadas (1.392 em 2019);

24. Contrapartida de uso de imóvel:

De acordo com o Termo de Convênio nº 302/2008 com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, a Fundação Dorina Nowill para Cegos ofereceu como contrapartida à permissão de uso do imóvel situado à Rua Dr. Diogo de Faria, 558 – Vila Clementino – SP. Em 2019 os seguintes produtos foram cedidos à Prefeitura de São Paulo: 500 Cartões de visitas em Braille.

25. Desdobramento de itens da demonstração do resultado do período:

a. Pessoal encargos e benefícios:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários	5.357.765	5.325.511
Férias	615.461	625.014
Décimo terceiro	493.090	450.444
FGTS	531.688	566.216
Refeição	445.325	512.827
Assistencia médica	312.438	364.898
Outros	160.715	115.480
	<u>7.916.482</u>	<u>7.960.390</u>

b. Despesas administrativas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Assessoria e serviços	1.352.407	504.661
Sistemas	168.558	247.947
Conservação e reparos	91.275	124.786
Correio	90.493	111.973
Segurança e limpeza	118.824	129.077
Água, gás e luz	86.042	128.950
Comunicação e divulgação	52.888	120.017
Despesas com transportes	42.574	108.136
Promoções e eventos	35.392	79.389
Telefone	20.211	39.779
	<u>2.058.664</u>	<u>1.594.715</u>

26. Resultado Financeiro:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de aplicação financeira	544.841	278.982
Variação monetária	(8.907)	(7.342)
Despesas bancárias	(232.105)	(221.870)
Juros Passivos	(82)	(57.401)
Outras despesas financeiras	(27.277)	(53.595)
	<u>276.470</u>	<u>(61.226)</u>

27. Imunidade tributária:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Esses valores foram registrados em contas patrimoniais específicas e reconhecidas como receita e despesa nos períodos apropriados.

27.1. Característica da Imunidade:

A Fundação Dorina Nowill para Cegos é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e, por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

28. Seguros contratados:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Fundação Dorina Nowill para Cegos, efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

Seguro Predial Apólice 966001569 Bradesco vencimento 13/01/2022

Seguro Responsabilidade Administradores D&O - apólice 01109192745 Zurich vencimento 16/05/2021

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Entidade.

29. Instrumentos financeiros:

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi demonstrado na nota 6. A Entidade estabelece uma provisão para perda com recuperação que representa sua estimativa de perdas a incorrer com créditos a receber e outros recebíveis.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Refere-se ao risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento deste risco é controlar as exposições dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. A Entidade não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data do relatório não afetaria o resultado.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.

Alexandre Munck
Superintendente
CPF - 178. 235.238-41



Rogério Gerlah Paganatto
Contador
CRC 1SP 131987/O-3



FDNC - DCs 2020 2019 vfinal.pdf

Documento número #7d33f649-8979-4985-899a-6ca8bbaa7d35

Assinaturas



Alexandre dos Santos Oliveira Munck
Assinou como representante legal



Rogério Gerlah Paganatto
Assinou como validador

Log

- 28 abr 2021, 16:04:03 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c criou este documento número 7d33f649-8979-4985-899a-6ca8bbaa7d35. Data limite para assinatura do documento: 28 de maio de 2021 (08:15). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 28 abr 2021, 16:06:30 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.munck@fundacaodorina.org.br, para assinar como representante legal, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre dos Santos Oliveira Munck e CPF 178.235.238-41.
- 28 abr 2021, 16:06:55 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c adicionou à Lista de Assinatura: rgpaganatto@qualityassociados.com.br, para assinar como validador, com os pontos de autenticação: email (via token); Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Rogério Gerlah Paganatto e CPF 129.306.908-60.
- 28 abr 2021, 16:07:06 Operador com email eliane.pereira@fundacaodorina.org.br na Conta 39ad3b40-2535-4102-811c-f47c69280d2c alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 28 de maio de 2021 (08:15).
- 28 abr 2021, 16:39:39 Rogério Gerlah Paganatto assinou como validador. Pontos de autenticação: email rgpaganatto@qualityassociados.com.br (via token). CPF informado: 129.306.908-60. IP: 201.0.42.143. Componente de assinatura versão 1.109.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 abr 2021, 16:47:04 Alexandre dos Santos Oliveira Munck assinou como representante legal. Pontos de autenticação: email alexandre.munck@fundacaodorina.org.br (via token). CPF informado: 178.235.238-41. IP: 179.191.75.54. Componente de assinatura versão 1.109.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 28 abr 2021, 16:47:05 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 7d33f649-8979-4985-899a-6ca8bbaa7d35.

Hash do documento original (SHA256): 77bc6ea9d562318d6f60bf51c099cb283934c8d30c1c199db8b44af20ad399fa

Este Log é exclusivo ao, e deve ser considerado parte do, documento número 7d33f649-8979-4985-899a-6ca8bbaa7d35, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign disponível em www.clicksign.com.